

ÍNDICE

• INFLAÇÃO

IPCA	04
INPC	08
IPCA x INPC	11
IGP-DI	13
IGP-M	14

• GÁS

Brent	15
-------	----

• TRANSPORTE

Diesel	16
--------	----

• CÂMBIO

Taxa de Câmbio PTAX	18
---------------------	----

• NOTÍCIAS

Ciclo de Capacitação sobre ETP	20
--------------------------------	----

Agepar participa de programa de sustentabilidade	21
--	----

Tarifa do gás canalizado tem redução	22
--------------------------------------	----

• CONSULTA PÚBLICA

Referente à revisão tarifária do serviço de distribuição de gás	25
---	----

• ARTIGOS

Biometano como alternativa energética	26
---------------------------------------	----

• REGULAMENTAÇÃO

Resolução Nº 9/2024	32
---------------------	----

CURITIBA | ANO: 2024 | MÊS: FEVEREIRO | VOLUME 04 | NÚMERO 32
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar)




tomada de subsídios
número 01/2024

✓ Serão analisadas somente as contribuições recebidas entre
19 de fevereiro a 19 de março 2024

Definição de indicadores de qualidade dos serviços de transporte coletivo metropolitano de passageiros regulados pela Agepar



Por entender que a informação é a base da transparência que, por sua vez, representa um dos pilares da Regulação, o Boletim reúne e divulga, mensalmente, os principais índices previstos nos contratos de concessão e os novos marcos legais e regulamentares que fundamentam a atividade regulatória.

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná

Reinhold Stephanes ■
Diretor-Presidente

Marcelo Luiz Curado ■
Diretor Administrativo Financeiro

Rejane Maria Schirr Scolari ■
Diretora de Regulação Econômica

Antenor Demeterco Neto ■
**Diretor de Fiscalização e Qualidade
dos Serviços**

Alex Sandro Noel Nunes ■
Diretor de Normas e Regulamentação

Portaria nº 86/2023 - AGEPAR

Conselho Editorial do Boletim Econômico e Regulatório

I - Marcelo Luiz Curado, ■
Diretor Administrativo Financeiro (DAF);

II - Christian Luiz da Silva, ■
Chefe da Coordenadoria de Saneamento Básico (CSB/DRE);

III - Cintia Rubim de Souza Netto, ■
Chefe da Coordenadoria de Transportes (CT/DNR);

IV - Luciano Ricardo Menezzo, ■
Especialista em Regulação da Coordenadoria de
Saneamento Básico (CSB/DRE);

VI - Giselle de Andrade Colle, ■
Chefe da Coordenadoria de Fiscalização (CF/DFQS);

VII - Kharen Kelm Herbst, ■
Chefe da Coordenadoria de Normatização Regulatória
(CNR/DNR).

VIII - Ana Carolina Bendlin Gonzalez, ■
Assessora da Assessoria de Comunicação Social (ACS/DP);

IX - Carlos Eduardo Winnikes da Silva, ■
Assessor da Assessoria de Comunicação Social (ACS/DP).

Projeto Gráfico e Diagramação

Carlos Eduardo Winnikes da Silva ■

Revisão

Bruna Lopes Olivieri ■

Apoio Técnico:

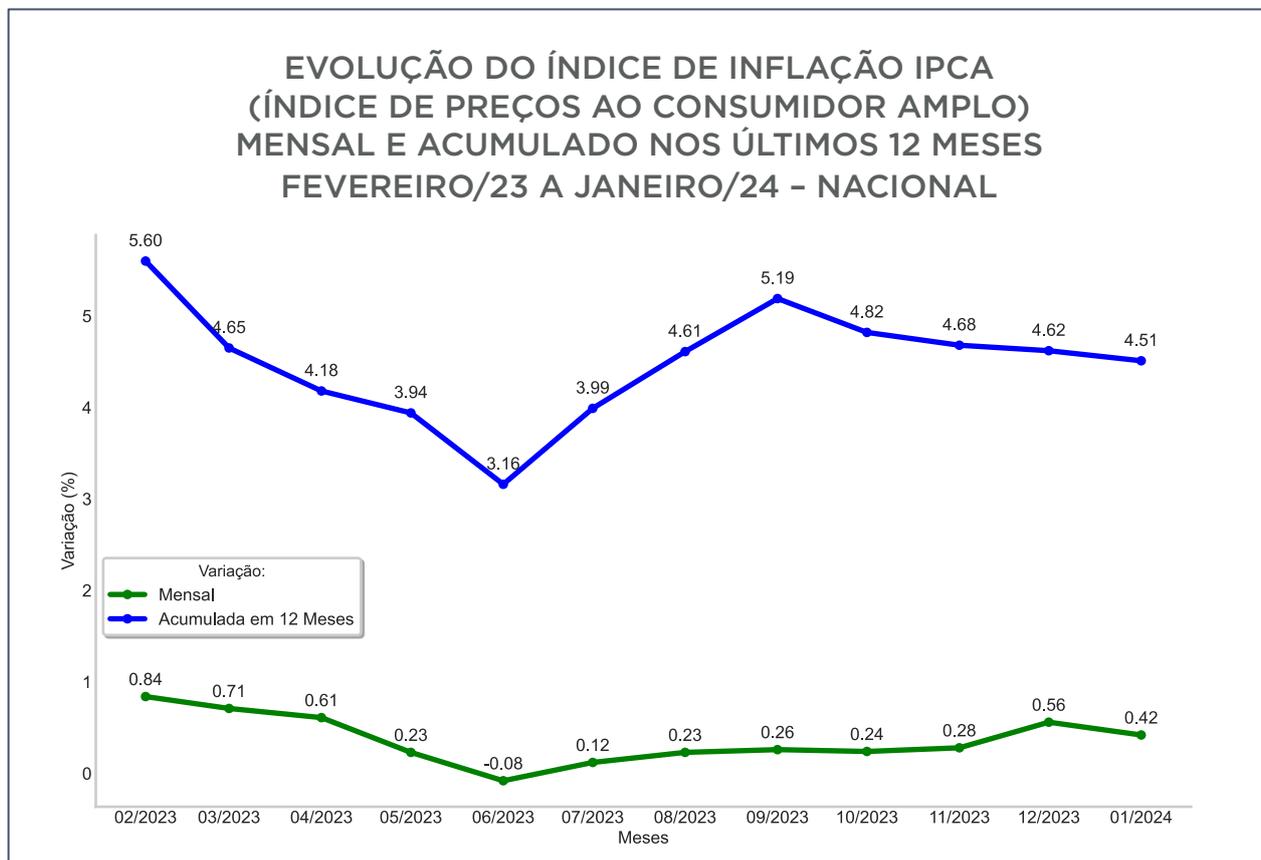
Maria Heloisa Charello ■



IPCA - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO

O IPCA está relacionado ao processo de reposicionamento tarifário (reajuste ou revisão) dos serviços públicos regulados pela Agepar no que se refere ao manejo de resíduos sólidos, às travessias marítimas e aos serviços de saneamento, abastecimento de água e tratamento de esgoto. O índice tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias com rendimentos mensais de 1 a 40 salários mínimos. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do SNIPC (Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de janeiro teve alta de 0,42%, 0,14 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de 0,56% registrada em dezembro. O IPCA acumula alta de 4,51% nos últimos 12 meses, abaixo dos 4,62% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em janeiro de 2023, a variação havia sido de 0,53%.



Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>



IPCA de **janeiro teve alta de 0,42%**, 0,14 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de 0,56% registrada em dezembro. O **IPCA acumula alta de 4,51% nos últimos 12 meses**, abaixo dos 4,62% observados nos 12 meses imediatamente anteriores.



GUIA

PARA NOVOS CONVÊNIOS

Guia traz orientações para prefeituras sobre como firmar convênios com a Agepar para regulação de serviços públicos

IPCA - ÍNDICES REGIONAIS E DE CURITIBA

No que concerne aos índices regionais, somente Brasília (-0,36%) teve variação negativa em janeiro, influenciado pela queda nos preços da passagem aérea (-21,31%). Já a maior variação foi registrada em Belo Horizonte (1,10%), por conta da alta do ônibus urbano (15,89%).

**ÍNDICES DO IPCA (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO)
PARA DIFERENTES REGIÕES BRASILEIRAS - VARIAÇÃO
PERCENTUAL MENSAL (DEZEMBRO/2023 E JANEIRO/2024),
ACUMULADO NO ANO E NOS ÚLTIMOS 12 MESES
(FEVEREIRO/2023 A JANEIRO/2024)**

REGIÃO	Peso Regional (%)	Variação (%)		Variação acumulada (%)	
		Dezembro	Janeiro	Ano	12 meses
Belo Horizonte	9,96	0,80	1,10	1,10	5,34
São Luís	1,62	0,43	1,06	1,06	2,79
Goiânia	4,17	0,44	0,87	0,87	4,48
Belém	3,94	0,73	0,75	0,75	5,18
Aracaju	1,03	-0,29	0,73	0,73	4,05
Fortaleza	3,23	0,83	0,68	0,68	4,69
Recife	3,92	0,21	0,63	0,63	3,79
Rio Branco	0,51	0,90	0,63	0,63	4,58
Campo Grande	1,57	0,43	0,48	0,48	4,64
Rio de Janeiro	9,46	0,65	0,44	0,44	4,30
Curitiba	8,09	0,26	0,39	0,39	4,63
Grande Vitória	1,86	0,58	0,37	0,37	4,53
São Paulo	32,28	0,54	0,25	0,25	4,51
Porto Alegre	8,61	0,43	0,13	0,13	4,53
Salvador	5,99	0,84	0,13	0,13	3,49
Brasília	4,06	0,78	-0,36	-0,36	4,78
Brasil	100,00	0,56	0,42	0,42	4,51

Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=destaques>

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta em janeiro. A maior contribuição para o resultado do mês veio de Alimentação e bebidas (1,50%). Na sequência, vieram Vestuário (0,75%) e Saúde e cuidados pessoais (0,74%). O grupo Transportes registrou a maior queda de -0,45%.

**GRUPOS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM O IPCA - CURITIBA -
VARIÇÃO PERCENTUAL MENSAL
(DEZEMBRO/2023 E JANEIRO DE 2024),
ACUMULADO NO ANO E NOS ÚLTIMOS 12 MESES
(FEVEREIRO/23 A JANEIRO/24)**

Grupos de produtos e serviços	Variação (%)			
	Dezembro	Janeiro	Acumulado	
			No ano	Nos últimos 12 meses
Alimentação e bebidas	0,92	1,50	1,50	2,67
Vestuário	1,31	0,75	0,75	4,85
Saúde e cuidados pessoais	-0,21	0,74	0,74	6,86
Despesas pessoais	0,38	0,58	0,58	4,75
Educação	0,20	0,30	0,30	6,31
Artigos de residência	0,07	0,22	0,22	0,58
Habitação	-0,15	0,01	0,01	8,06
Comunicação	0,44	-0,17	-0,17	1,64
Transportes	-0,08	-0,45	-0,45	4,27

Fonte IBGE:

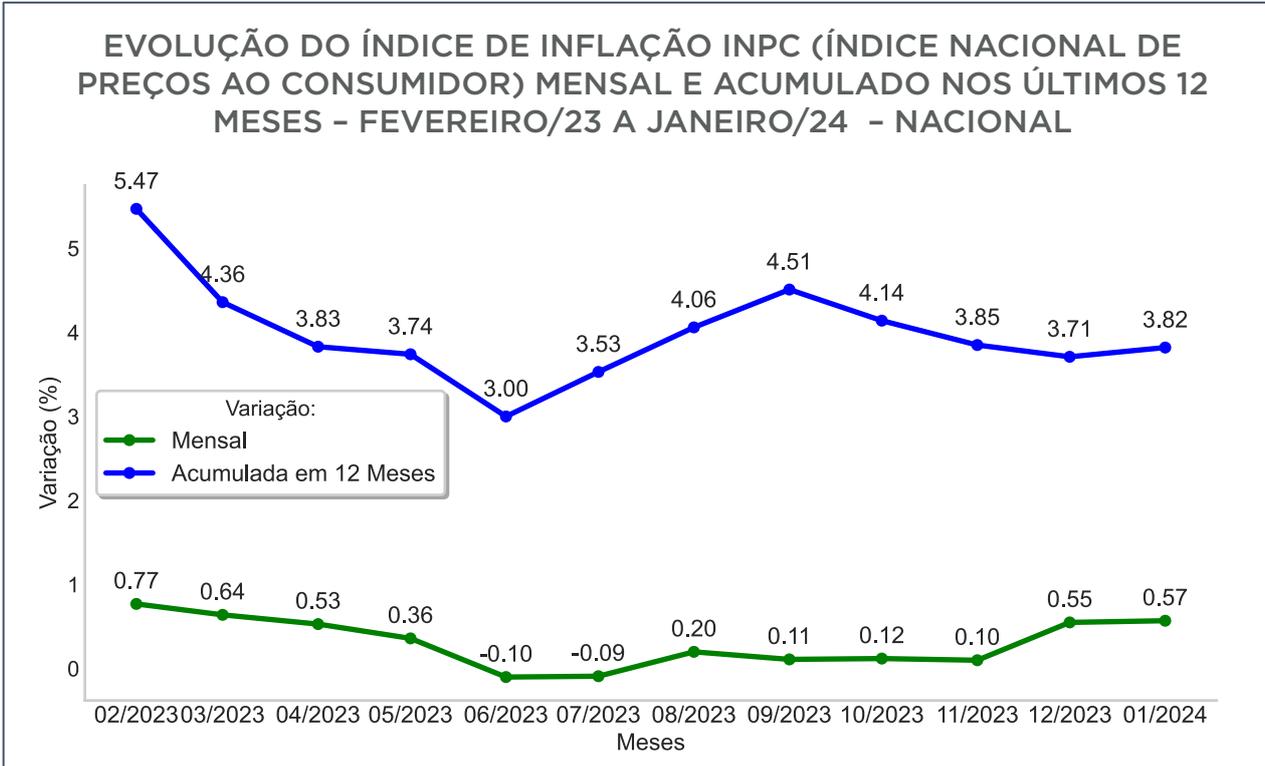
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=destaques>



INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC está relacionado ao processo de reposicionamento tarifário (reajuste ou revisão) dos serviços públicos regulados pela Agepar referentes ao transporte coletivo metropolitano e aos serviços de saneamento, abastecimento de água e tratamento de esgoto.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC teve alta de 0,57% em janeiro, 0,02 p.p. acima do resultado observado em dezembro (0,55%). O INPC acumula alta de 3,82% nos últimos 12 meses, acima dos 3,71% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em janeiro de 2023, a taxa foi de 0,46%.



Fonte IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=series-historicas>



INPC - ÍNDICES REGIONAIS E CURITIBA

Quanto aos índices regionais, somente Brasília (-0,08%) teve variação negativa em janeiro, influenciado pela queda nos preços da passagem aérea (-21,31%). A maior variação ocorreu em Belo Horizonte (1,54%), puxada pelas altas da batata-inglesa (41,62%) e do ônibus urbano (15,89%).

**ÍNDICES DO INPC (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR)
PARA DIFERENTES REGIONAIS BRASILEIRAS - VARIAÇÃO
PERCENTUAL MENSAL (DEZEMBRO/2023 E JANEIRO/2024),
ACUMULADO NO ANO E NOS ÚLTIMOS 12 MESES
(FEVEREIRO/2023 A JANEIRO/2024)**

REGIÃO	Peso Regional (%)	Variação (%)		Variação acumulada (%)	
		Dezembro	Janeiro	Ano	12 meses
Belo Horizonte	10,35	0,85	1,54	1,54	5,20
São Luís	3,47	0,45	1,03	1,03	2,70
Goiânia	4,43	0,61	0,88	0,88	4,15
Rio Branco	0,72	0,75	0,85	0,85	4,90
Aracaju	1,29	-0,22	0,84	0,84	3,66
Belém	6,95	0,61	0,76	0,76	5,34
Recife	5,60	0,26	0,65	0,65	3,14
Fortaleza	5,16	0,83	0,63	0,63	4,77
Grande Vitória	1,91	0,40	0,57	0,57	3,40
Campo Grande	1,73	0,36	0,56	0,56	4,12
Curitiba	7,37	0,25	0,44	0,44	4,32
Rio de Janeiro	9,38	0,71	0,43	0,43	3,53
São Paulo	24,60	0,47	0,31	0,31	3,18
Porto Alegre	7,15	0,44	0,30	0,30	3,78
Salvador	7,92	0,80	0,17	0,17	2,95
Brasília	1,97	0,61	-0,08	-0,08	3,49
Brasil	100,00	0,55	0,57	0,57	3,82

Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=destaques>

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, seis tiveram alta em janeiro. A maior contribuição para o resultado do mês veio de Alimentação e bebidas (1,47%). Na sequência, vieram Despesas pessoais (0,83%) e Vestuário (0,76%). O grupo Transportes registrou queda de -0,39%.

**GRUPOS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM O INPC -
CURITIBA - VARIAÇÃO PERCENTUAL MENSAL
(DEZEMBRO/2023 E JANEIRO/2024), ACUMULADO NO ANO
E NOS ÚLTIMOS 12 MESES (FEVEREIRO/23 A JANEIRO/24)**

Grupos de produtos e serviços	Variação (%)			
	Dezembro	Janeiro	Acumulado	
			No ano	Nos últimos 12 meses
Alimentação e bebidas	0,90	1,47	1,47	1,77
Despesas pessoais	0,33	0,83	0,83	4,01
Vestuário	1,21	0,76	0,76	5,15
Saúde e cuidados pessoais	-0,42	0,75	0,75	6,71
Educação	0,13	0,32	0,32	5,52
Habitação	-0,20	0,08	0,08	8,04
Artigos de residência	0,16	-0,13	-0,13	-0,14
Comunicação	0,53	-0,19	-0,19	1,61
Transportes	-0,02	-0,39	-0,39	4,30

Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=destaques>

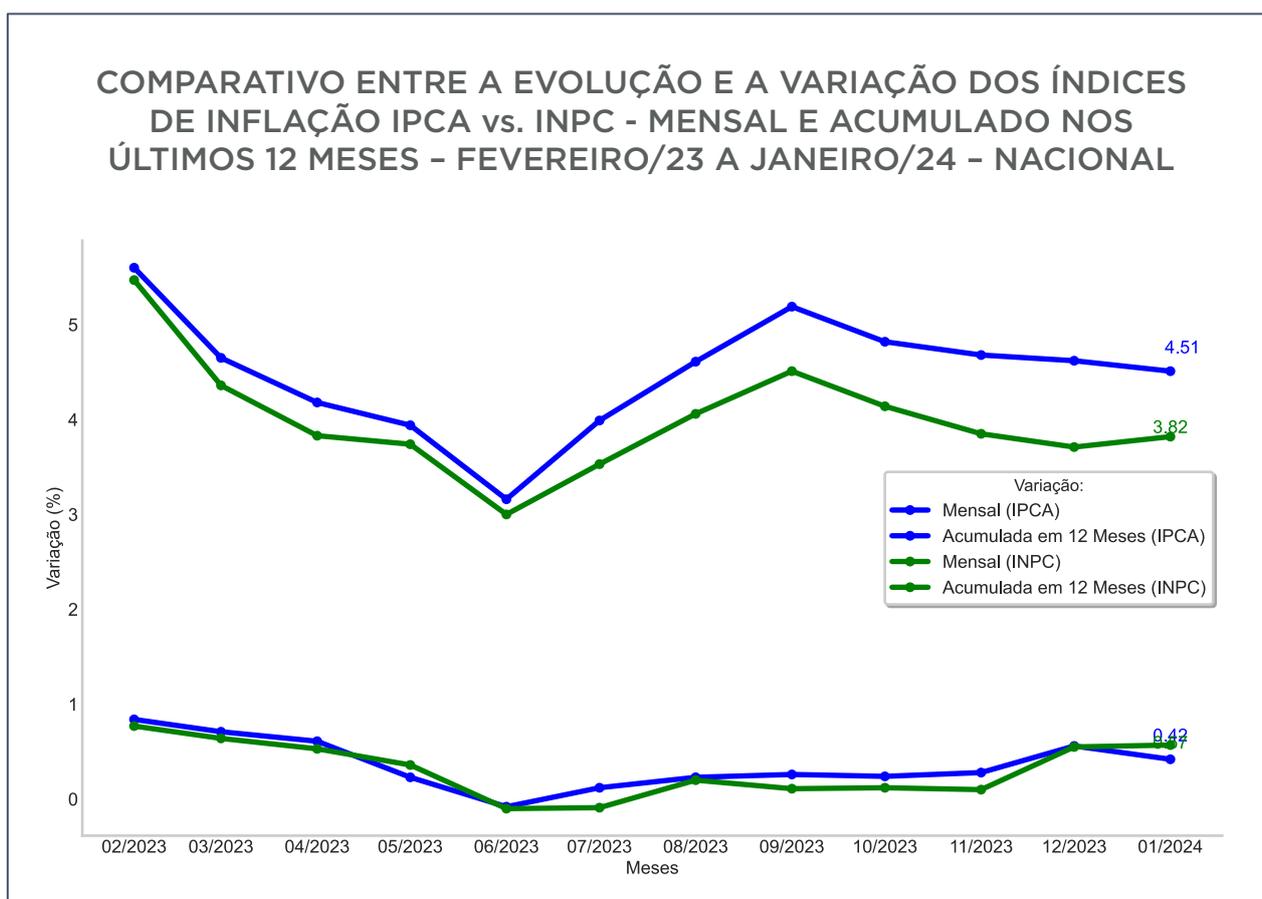


Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, seis tiveram alta em janeiro

IPCA X INPC

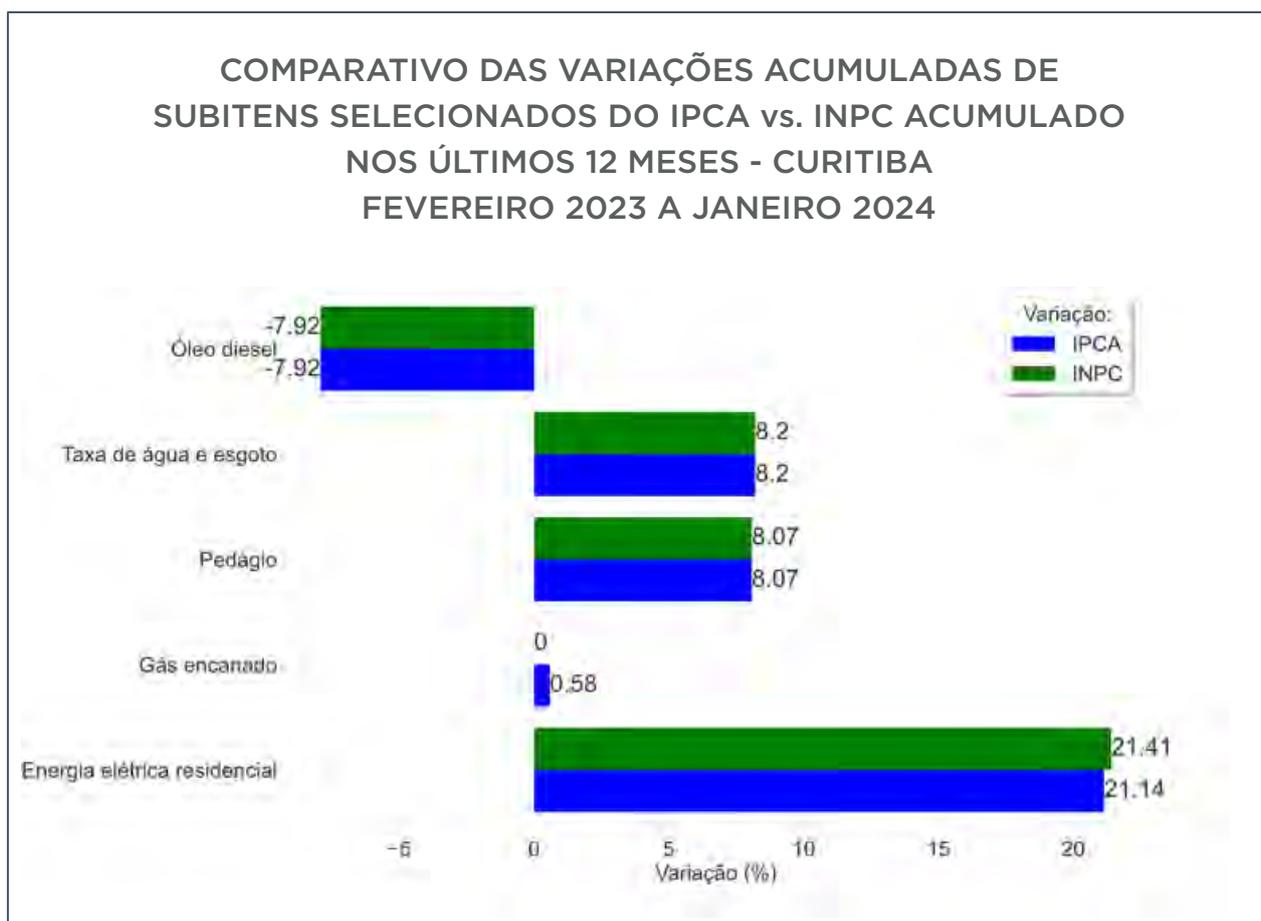
Os índices do IPCA e do INPC são formulados através da pesquisa de mais de 400 itens que fazem parte dos grupos: Alimentação e Bebidas, Habitação, Artigos de Residência, Vestuário, Transportes, Saúde e Cuidados Pessoais, Despesas Pessoais, Educação e Comunicação. O diferencial entre os índices está no rendimento familiar observado. O IPCA mede os preços de produtos e serviços cobrados das famílias com rendimentos mensais de 1 a 40 salários mínimos, enquanto o INPC mede para famílias com rendimentos mensais de 1 a 5 salários mínimos.

O INPC acumulou alta anual de 3,82%, enquanto o IPCA acumulou uma queda anual de 4,51%. O INPC apresentou alta de 0,57% e o IPCA, queda de 0,42% em janeiro.



Fonte IBGE:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos.html>

No acumulado de 12 meses para Curitiba, a variação percentual de subitens selecionados, e relacionados com os serviços regulados, é igual nos índices IPCA e INPC, como ocorre com óleo diesel (-7,92%), taxa de água e esgoto (8,2%) e pedágio (8,07%). Contudo, em outros, há pequenas variações para energia elétrica residencial (21,14% para IPCA e 21,41% para INPC). Por outro lado, o gás encanado representa um aumento de 0,58% no IPCA. Para o INPC, o gás encanado não foi aferido para a região de Curitiba.



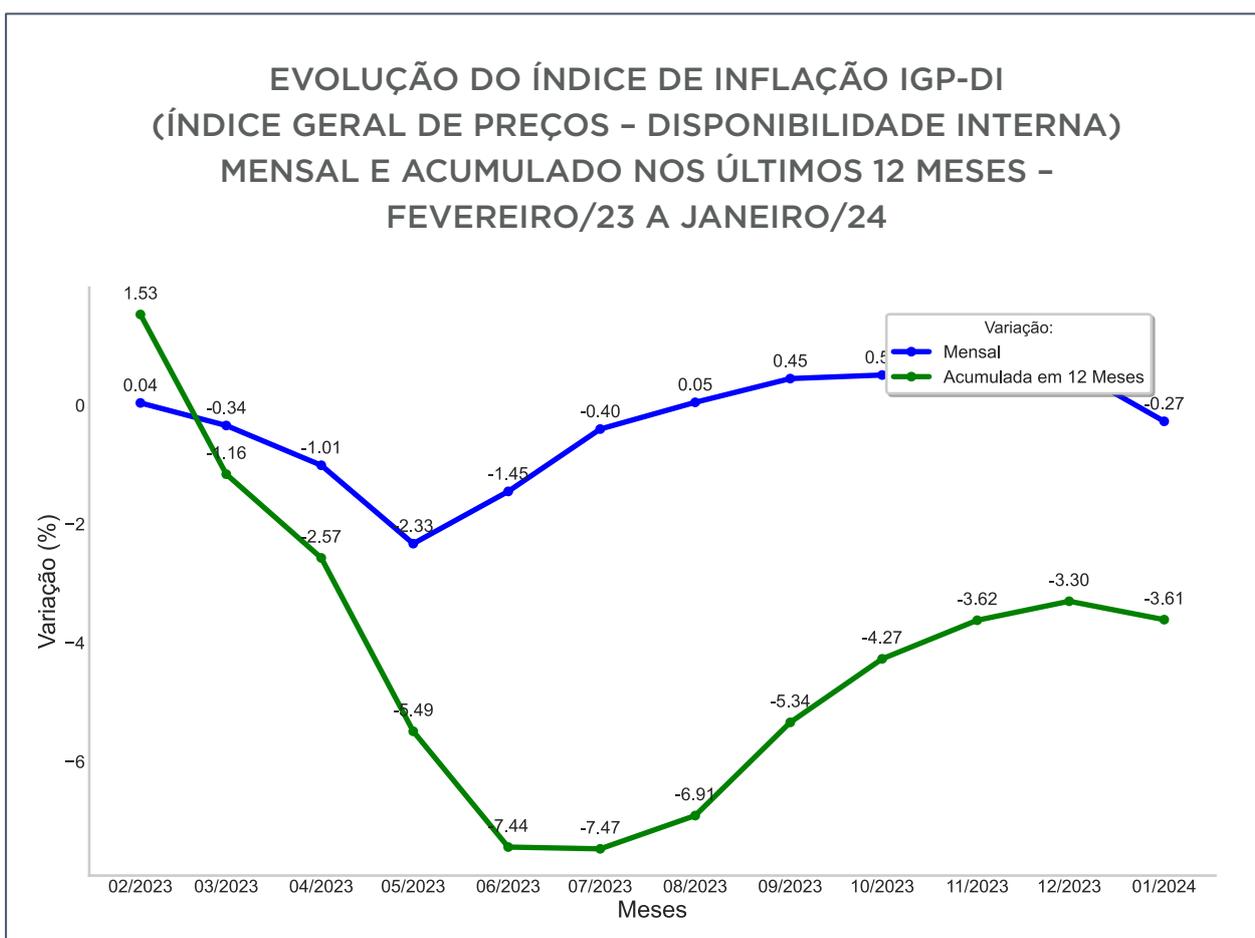
Fonte IBGE:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos.html>



IGP-DI - ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) está relacionado ao processo de reposicionamento tarifário (reajuste ou revisão) do serviço público regulado pela Agepar referente ao Serviço de Distribuição de Gás Canalizado.

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) caiu 0,27% em janeiro, o menor resultado desde julho de 2023, quando o índice havia registrado queda de 0,40%. No mês de dezembro, a taxa havia sido de 0,64%. Com este resultado, o índice acumula queda de 3,61% em 12 meses. Em janeiro de 2023, o índice havia variado 0,06% e acumulava elevação de 3,01% em 12 meses, segundo o FGV IBRE.



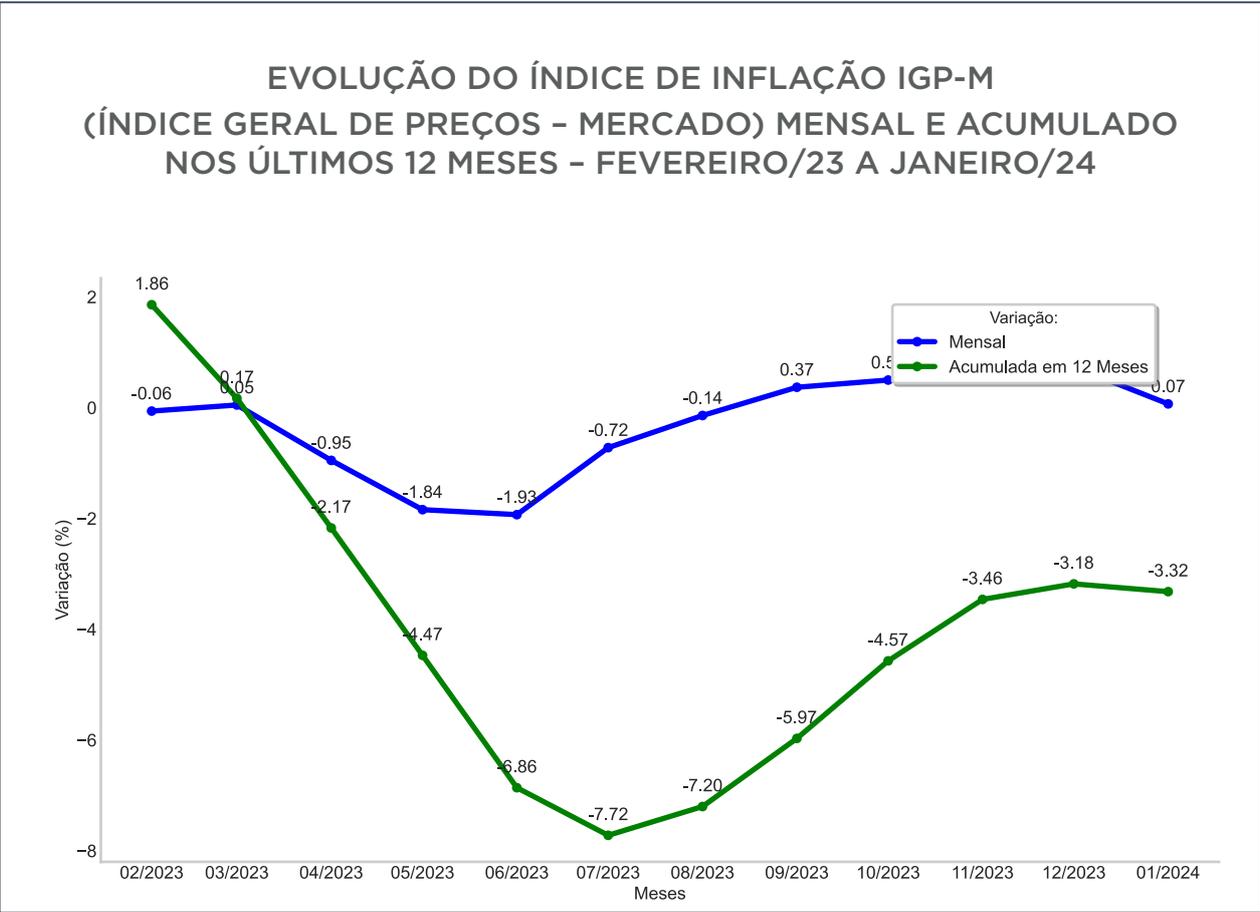
Fonte IBGE:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>

IGP-M - ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - MERCADO

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) está relacionado aos processos de reposicionamento (reajuste ou revisão) das tarifas reguladas pela Agepar nos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, serviços de saneamento, abastecimento de água e tratamento de esgoto e serviço de distribuição de gás canalizado.

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrou uma variação de 0,07% em janeiro, demonstrando uma redução em relação ao mês anterior, quando apresentou uma alta de 0,74%. Com esse resultado, o índice acumula queda de 3,32% nos últimos 12 meses. Em janeiro de 2023, o índice tinha registrado alta de 0,21% no mês e acumulava aumento de 3,79% em 12 meses anteriores, segundo o FGV IBRE.

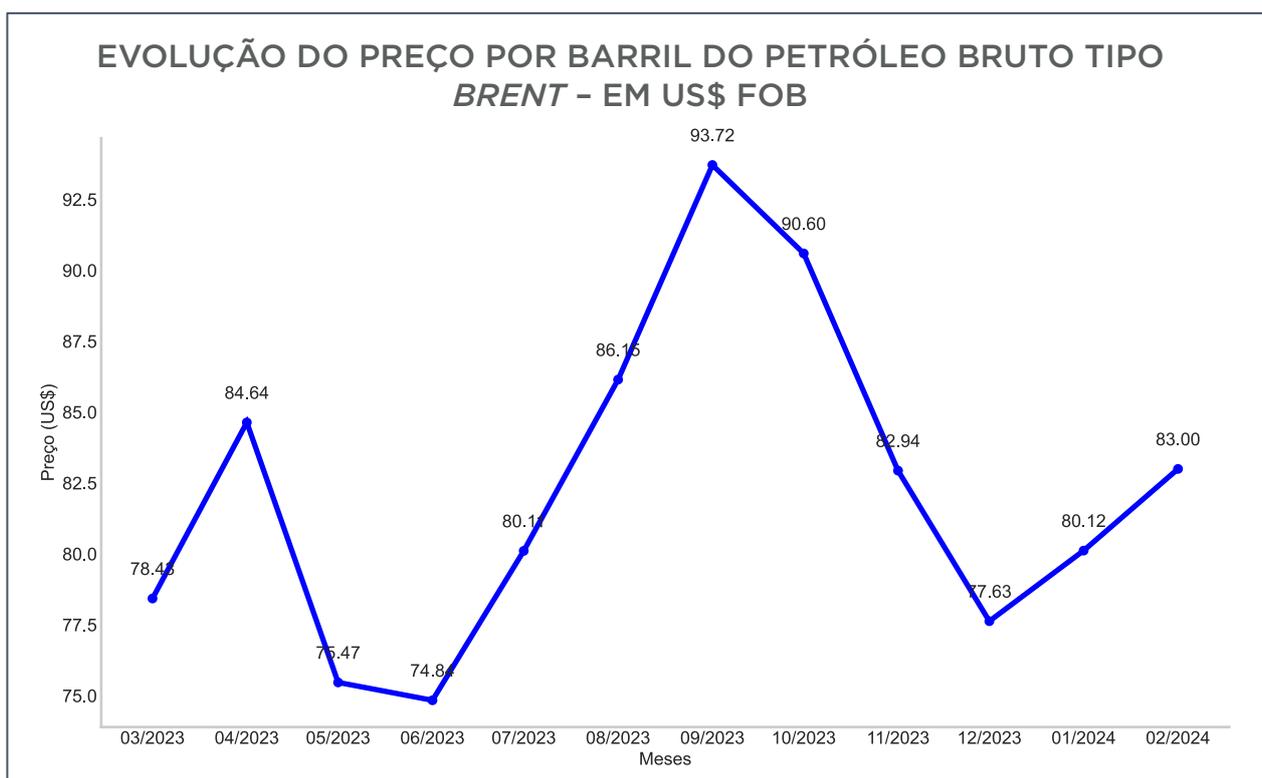


Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=39616>

GÁS

O valor do petróleo – Brent (*) está relacionado ao custo da molécula de gás e influencia no valor total das tarifas do Serviços de distribuição de gás canalizado.

Segundo a EIA (**), o preço à vista do petróleo bruto Brent foi em média de US\$ 80 por barril (b) em janeiro, um aumento de US\$ 2/b em relação a dezembro, o primeiro aumento mensal no preço do petróleo bruto desde setembro de 2023. Os preços subiram principalmente devido ao aumento da incerteza sobre os embarques globais de petróleo, uma vez que os ataques a navios ao redor do canal de navegação do Mar Vermelho intensificaram-se. Ainda de acordo com a EIA, espera-se que os cortes de produção da OPEP+ levem a retiradas de estoques globais de petróleo durante fevereiro e março, resultando em uma retirada média de 0,8 milhão de b/d no 1T24, o que colocará pressão sobre os preços do petróleo nos próximos meses.



Fonte IBGE:

<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1650971490>

* Produzido no Mar do Norte (Europa), *Brent* é uma classe de petróleo bruto que serve como *benchmark* para o preço internacional de diferentes tipos de petróleo. Neste caso, é valorado no chamado preço FOB (*free on board*), que não inclui despesa de frete e seguro no preço.

** A *Energy Information Administration* (EIA) é a agência de estatísticas do Departamento de Energia do governo dos Estados Unidos. Ele fornece dados independentes de políticas, previsões e análises para promover a formulação de políticas sólidas, mercados eficientes e compreensão pública em relação à energia e sua interação com a economia e o meio ambiente. Acesse em: <https://www.eia.gov/outlooks/steo/>

DIESEL

O óleo diesel é uma das frações derivadas do refinamento do petróleo. A principal aplicação do óleo diesel é como combustível de motores de combustão interna e ignição por compressão (motores de ciclo diesel) em automóveis pesados, tais como caminhões, ônibus, tratores, furgões, locomotivas, automóveis de passeio, máquinas de grande porte e embarcações.

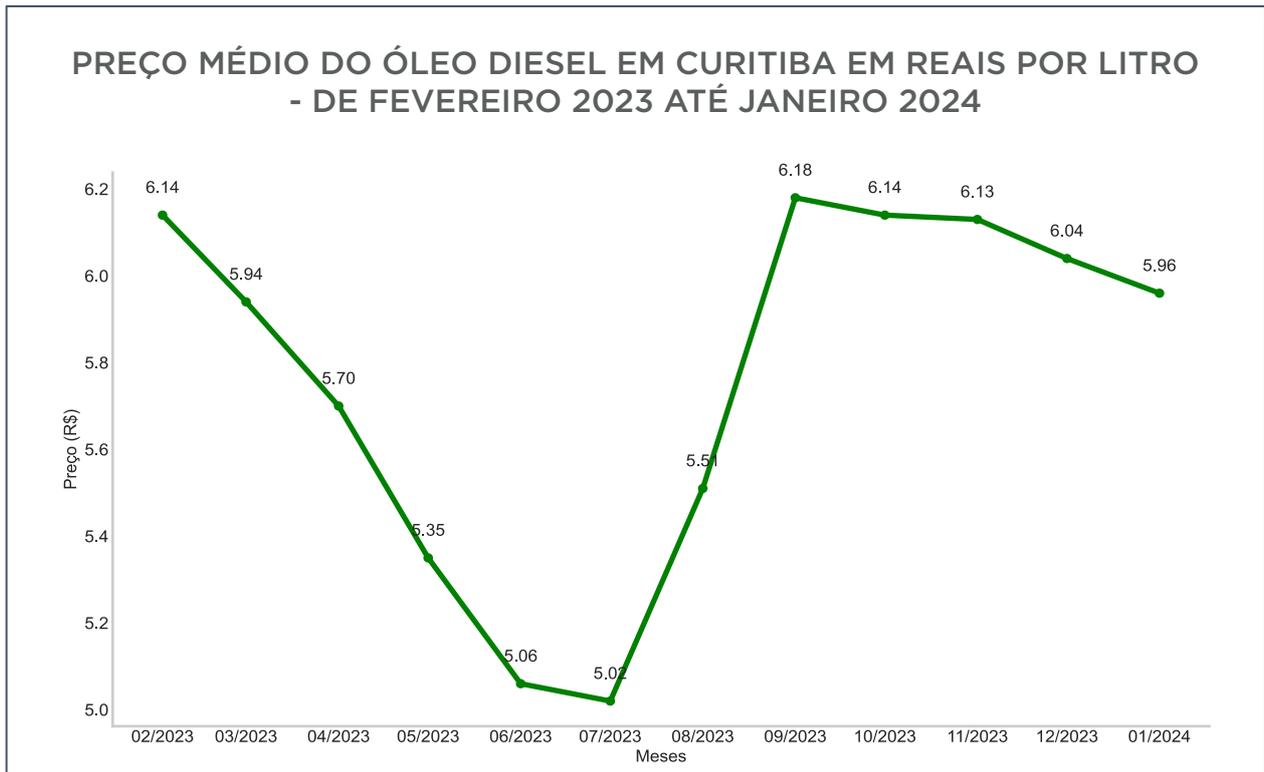
DIESEL S10

Ônibus, trens, transportes marítimos e máquinas agrícolas usam o óleo diesel, que tem um desempenho muito superior a outros produtos e, por isso, é mais procurado. Existem vários tipos de óleo diesel, mas dois deles são mais populares e mais acessíveis no mercado: o Diesel comum, também chamado de S500, e o Diesel S10. O Diesel S10 se refere ao combustível com 10 partes de enxofre por milhão, isso aumenta a potência do produto.

A tabela mostra a variação no preço do diesel, em diferentes municípios brasileiros. Os dados foram coletados da ANP – Agência de Petróleo Nacional, com base nos meses de novembro dezembro e janeiro. A partir disso, foi feita uma média para entender a diferença do preço médio do diesel S10 nos distintos municípios.

PREÇO DIESEL S10						
CAPITAIS	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	MÉDIA 3 MESES		
SAO LUIS	R\$ 6,12	R\$ 5,95	R\$ 5,64	R\$ 5,48		
RECIFE	R\$ 6,02	R\$ 5,97	R\$ 5,76	R\$ 5,67		
BELEM	R\$ 6,23	R\$ 6,06	R\$ 5,73	R\$ 5,61		
SALVADOR	R\$ 6,20	R\$ 5,95	R\$ 5,87	R\$ 5,91		
FORTALEZA	R\$ 6,04	R\$ 6,05	R\$ 6,03	R\$ 5,90		
BELO HORIZONTE	R\$ 6,07	R\$ 6,13	R\$ 5,99	R\$ 5,89		
PORTO ALEGRE	R\$ 6,04	R\$ 6,10	R\$ 6,05	R\$ 5,98		
GOIANIA	R\$ 6,22	R\$ 6,14	R\$ 6,01	R\$ 5,86		
CURITIBA	R\$ 6,14	R\$ 6,13	R\$ 6,04	R\$ 5,96		
BRASILIA	R\$ 6,23	R\$ 6,20	R\$ 5,99	R\$ 5,89		
CAMPO GRANDE	R\$ 6,26	R\$ 6,27	R\$ 6,01	R\$ 5,83		
RIO DE JANEIRO	R\$ 6,09	R\$ 6,13	R\$ 6,07	R\$ 6,07		
SAO PAULO	R\$ 6,19	R\$ 6,25	R\$ 6,18	R\$ 6,09		
ARACAJU	R\$ 6,56	R\$ 6,34	R\$ 6,03	R\$ 5,95		
VITORIA	R\$ 6,32	R\$ 6,40	R\$ 6,30	R\$ 6,39		
RIO BRANCO	R\$ 7,00	R\$ 7,02	R\$ 7,03	R\$ 7,01		

Fonte: ANP Agência Nacional do Petróleo (série histórica)



Fonte: ANP Agência Nacional do Petróleo (série histórica)

PREÇO MÉDIO DE REVENDA EM REAIS (R\$) DO ÓLEO DIESEL S10 POR LITRO - VARIAÇÃO SEMANAL, DE 4 SEMANAS E DE 12 SEMANAS POR REGIÃO - COLETA DE DADOS DE 04/02/2024 A 10/02/2024

PRODUTO	REGIÃO	PREÇO (R\$) DE REVENDA - SEMANA 04/02/2024 A 10/02/2024			
		PREÇO MÉDIO (R\$/L)	SEMANAL	VARIAÇÃO	
				MÊS	6 MESES
ÓLEO DIESEL S10	NORTE	R\$ 6,41	0,50%	-0,80%	-1,20%
	CENTRO OESTE	R\$ 6,05	1,50%	0,40%	-5,00%
	NORDESTE	R\$ 6,02	2,00%	0,80%	-0,90%
	SUL	R\$ 6,01	1,00%	0,10%	-0,80%
	SUDESTE	R\$ 5,99	0,80%	-0,30%	-0,60%

Fonte: <https://www.gov.br/anp/pt-br>

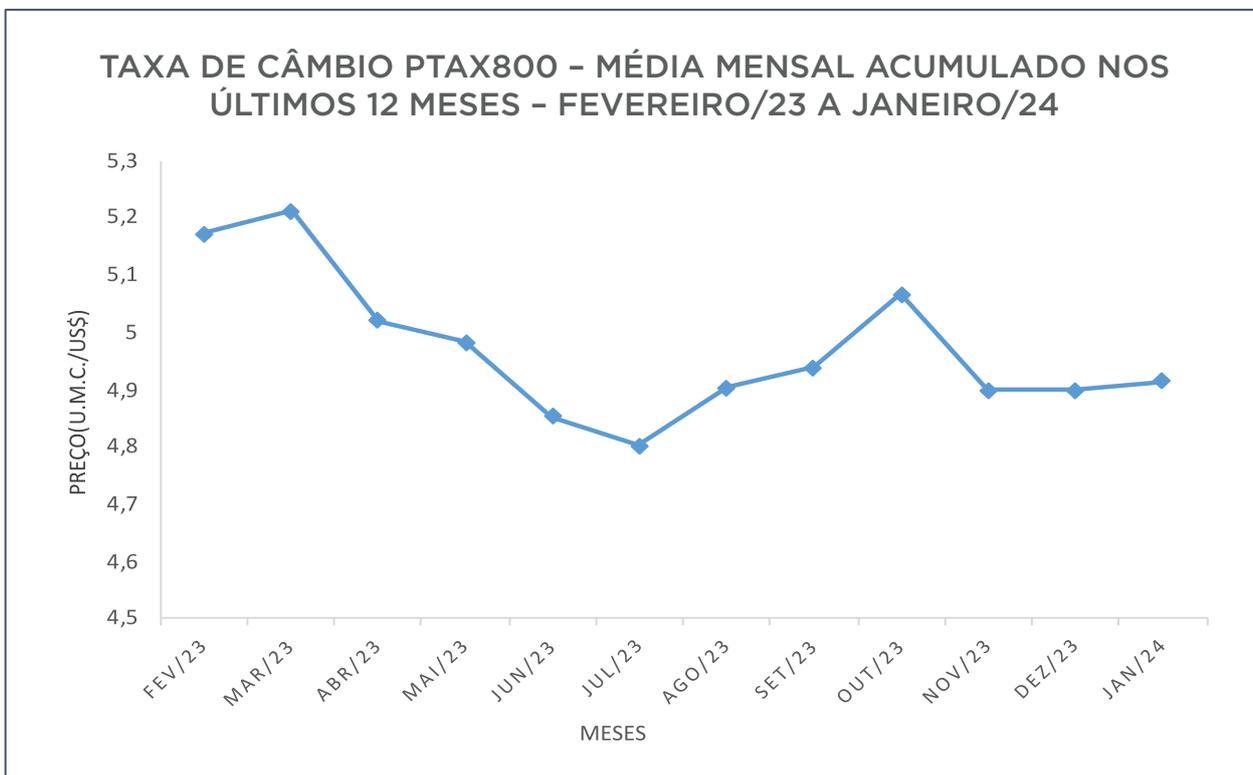
Na tabela acima, o preço médio de revenda de diesel por região do Brasil para a semana do dia 04/02 a 10/02 apresentou queda na variação semanal para as regiões norte e sudeste, com a maior queda sendo registrada na região norte (-0,80%). As regiões norte e centro-oeste apresentam maior valor do preço médio do diesel, R\$ 6,41 e R\$ 6,05, respectivamente. A variação acumulada nos últimos seis meses apresentou baixa para todas as regiões.

TAXA DE CÂMBIO PTAX

PTAX é a taxa de câmbio de referência do real (R\$) por dólares americanos (US\$), calculada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A PTAX é utilizada em diversos produtos do mercado de câmbio, desde os contratos futuros e de opções de câmbio listados na bolsa de valores (B3 S.A.), até os contratos derivativos de balcão negociados no mercado local e no exterior, além de operações financeiras de empresas no segmento de câmbio. Além disso, também é a taxa utilizada nas importações e exportações brasileiras, tanto para cálculos estatísticos, como para o cálculo dos tributos devidos. A taxa de câmbio influencia nos contratos de suprimentos do gás canalizado.

PTAX800

O gráfico apresenta a variação da taxa de câmbio PTAX800 de fevereiro de 2023 a janeiro de 2024. Observa-se uma tendência de queda desde fevereiro até julho de 2023, mês no qual a taxa de câmbio obteve seu menor valor. A partir de julho de 2023, a taxa de câmbio apresentou uma ligeira alta, baixando novamente em novembro de 2023 e mantendo-se estável até janeiro.



Fonte: Sisbacen PTAX800



A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar) regula e fiscaliza os serviços públicos de responsabilidade do Governo do Paraná, que são operados por empresas públicas e privadas. Defende os direitos dos usuários, pois, além de controlar a qualidade dos Serviços, também, estabelece regras para o setor.

A Tarifa assegura a receita suficiente para cobrir custos operacionais, remunerar investimentos necessários e garantir o atendimento e a qualidade. Todos os anos, ocorre o Reajuste Tarifário, para a manutenção e equilíbrio econômico e financeiro.



Foto: Ana Carolina Bendlin

Treinamento sobre ETP e a Nova Lei de Licitações e Contratos integra o Ciclo de Capacitação

Dando início ao Ciclo de Capacitação 2024, a equipe da Coordenadoria Administrativa (CA) da Agepar ministrou, no dia 9 de fevereiro, um treinamento com orientações para elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento exigido pela Lei Federal nº 14.133/2021, também chamada como Nova Lei de Licitações e Contratos.

Desta forma, a equipe da CA compartilhou estudos e experiências relacionados à aplicação da nova legislação com os demais servidores da Agência, para o aprimoramento dos ETPs elaborados por todos os setores da entidade. Além dos servidores da CA, a apresentação também contou com participação do Diretor Administrativo Financeiro da Agepar, Marcelo Luiz Curado.



Foto: Ana Carolina Bendlin

Agepar participa de Programa com o objetivo de incentivar a sustentabilidade e beneficiar pessoas idosas em situação de vulnerabilidade

A partir de fevereiro, a Agepar está aderindo ao Programa Tampinha Paraná, tornando-se mais um ponto de coleta de material para doação a entidades beneficentes. Idealizado pelo Conselho de Ações Solidárias e Voluntariado da Assembleia Legislativa do Paraná, o Programa teve início em outubro do ano passado, após sanção da Lei Estadual nº 21.697/2023.

O objetivo do programa é a união de esforços de entidades e privadas para promover a cultura da sustentabilidade ambiental e também de proteção a pessoas em situação de vulnerabilidade social. As tampas plásticas arrecadadas na Agepar e em outros pontos de coleta serão destinadas a instituições de amparo a pessoas idosas, que farão a coleta das doações e sua devida destinação para reciclagem, em troca de fraldas geriátricas e itens de higiene.

Podem ser doadas tampas de produtos como margarina, requeijão, garrafas pet, leite em pó, amaciante, sabão líquido, água sanitária, desinfetante, lenço umedecido, entre outros.

Para conhecer o Programa, acesse: www.instagram.com/tampinhaparanaoficial.



Foto: Ana Carolina Bendlin

Tarifa do gás canalizado tem redução a partir de 1º de fevereiro no Paraná

Em reunião realizada no dia 30 de janeiro, o Conselho Diretor da Agepar homologou a nova tarifa do gás natural canalizado no Estado, que passou a valer a partir de 1º de fevereiro. Os novos valores contemplam uma redução média de 1,34 %, podendo variar de acordo com o segmento e a faixa de consumo. A tabela completa com os novos valores para todos os segmentos e faixas de consumo está disponível para consulta no Diário Oficial.

Para a nova tarifa, foram consideradas variações e atualizações no custo médio ponderado de gás (valor de compra da molécula), nas margens de distribuição (remuneração da companhia para oferecer o serviço) e no repasse da parcela de recuperação da Conta Gráfica (mecanismo regulatório utilizado para promover uma suavização na tarifa, evitando grandes oscilações em função das constantes flutuações da taxa de câmbio e do preço do petróleo tipo Brent).

A Agepar é participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC, promovido pelo Tribunal de Contas da União.

O PNPC visa aprimorar os mecanismos de controle e minorar as eventuais fragilidades organizacionais que oportunizem a fraude e a corrupção.





Usuários do transporte metropolitano poderão auxiliar a Agepar na definição de indicadores de qualidade do serviço

A Agepar lançou, no dia 19 de fevereiro, uma tomada de subsídios para receber contribuições da sociedade civil sobre a definição de indicadores de qualidade do transporte metropolitano. As manifestações dos usuários do serviço irão auxiliar a Agência na elaboração de parte do Regulamento do Transporte Coletivo Metropolitano, contemplando os critérios de qualidade que deverão ser atendidos pelos prestadores deste serviço, aplicáveis a todas as regiões metropolitanas do Paraná.

“Por se tratar de um serviço com grande impacto na vida de milhares de cidadãos e pela importância de incluir os diversos representantes dos segmentos que atuam no serviço neste processo, estamos abrindo esta tomada de subsídios para oportunizar a participação social e entender as demandas atuais dos usuários. Além dos passageiros, também podem participar representantes de empresas, órgãos de controle, associações de consumidores e demais interessados”, destaca Mariana Ribeiro Facundo de Souza, chefe da Coordenadoria de Qualidade dos Serviços da Agepar.

Só na capital, os mais de 800 veículos que operam na região metropolitana transportam mais de 350 mil passageiros diariamente. Apesar de já haver um Regulamento do Transporte Coletivo Metropolitano vigente na região de Curitiba, vale destacar que a normatização em construção pela Agepar visa regulamentar o serviço em nível regulatório e não em nível operacional. Além disso, a regulamentação será comum a todas as regiões metropolitanas do Estado que ofertam ou que venham ofertar este serviço público.

Como participar:

Nesta tomada de subsídios, por meio de formulário online, os interessados poderão avaliar o nível de importância de 15 atributos de qualidade referentes ao serviço. Entre eles, estão rapidez e agilidade no deslocamento, segurança no interior dos veículos e terminais, conservação e higiene da frota, entre outros. Para participar, basta acessar o site da Agepar: www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Tomada-de-Subsidios. Neste mesmo link, estarão disponíveis documentos elaborados pela equipe técnica da Agepar com mais informações sobre o tema, para consulta. O prazo para participação termina no dia 19 de março.

A banner for a public consultation. The background shows several yellow gas meters with red dials. The text is overlaid on the right side. The word 'consulta' is in large black letters, and 'pública' is in large red letters below it. To the right of 'pública' is a vertical line. Below the title, it says 'número 02/2024'. At the bottom, there is a calendar icon followed by the dates '02/02 a 03/03/2024'.

Aberta mais uma consulta pública da Agepar referente à revisão tarifária do serviço de distribuição de gás canalizado

Está aberta mais uma consulta pública da Agepar referente à 1ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) do serviço de distribuição de gás canalizado no Estado. Por meio deste mecanismo de participação social, a Agência oferece a oportunidade para que cidadãos, empresas, associações, órgãos e entidades públicos e demais interessados possam participar de mais uma etapa da RTP.

Desta vez, serão recebidas contribuições sobre a metodologia preliminar para cálculo do Margem Bruta Requerida Máxima, que é o valor de referência para remuneração da concessionária, contemplando os investimentos realizados e a rentabilidade da companhia, entre outros fatores. **“Tendo em vista as diretrizes da metodologia prevista no contrato, a Agepar está abrindo esta consulta, com o objetivo de possibilitar a participação da sociedade”**, explica Adalto Acir Althaus Junior, chefe da Coordenadoria de Distribuição de Gás Canalizado da Agepar.

Os interessados podem enviar sugestões, comentários ou mesmo questionamentos sobre a metodologia proposta pela Agepar, que serão analisados pela equipe técnica e incorporados à RTP caso sejam considerados pertinentes. Realizada a cada cinco anos, a Revisão Tarifária Periódica traz definições importantes sobre a cobrança nos próximos anos para prestação do serviço de distribuição de gás canalizado.

Como participar

As contribuições devem ser enviadas por meio de formulário online, disponível no site da Agepar: www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Consultas-Publicas. Neste mesmo link, os interessados encontram documentos referentes à metodologia proposta para consulta. As orientações para participação na consulta pública também estão disponíveis em vídeo, pelo Youtube: www.youtube.com/watch?v=FN_8YUV2hLI. O prazo para participação termina no dia 3 de março.



O biometano como alternativa energética: potencialidades e limitações

Autores:

Maiquel Guilherme Zimann – Diretor-Geral da Casa Civil

Leonardo Silveira de Souza – Assessor da Casa Civil

Carlos Vinicius Rodrigues – Analista ambiental do ICMBio

Maria Heloisa Charello – Estudante de Economia pela UFPR e estagiária da Agepar

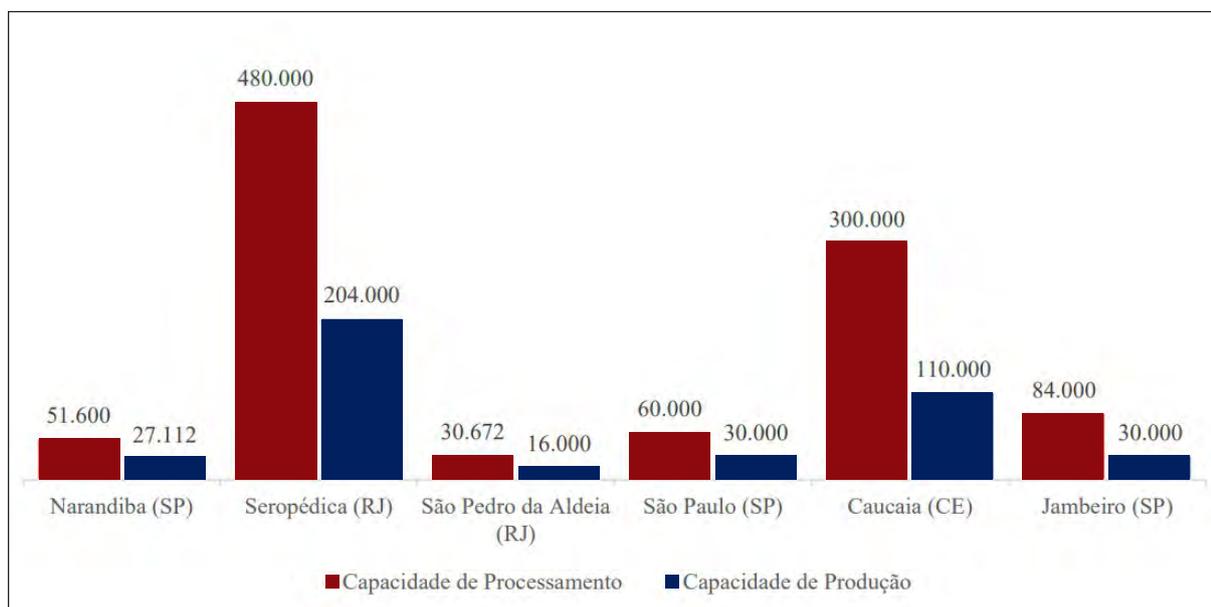
O presente estudo tem como objetivo construir um panorama do biometano no Brasil – suas potencialidades e limitações – a partir da descrição da produção, distribuição e arcabouço legal referentes ao uso do biometano na matriz energética brasileira. O biometano caracteriza-se como uma fonte sustentável de energia, apresentando diversos benefícios provenientes de sua utilização. Desta forma, os resíduos sólidos urbanos e agrossilvopastoris são as maiores fontes de matéria-prima deste energético, demonstrando sua renovabilidade, embora atualmente este potencial energético seja subutilizado no país.

A característica físico-química de renovação do biometano mostra-se um fator positivo diante da tentativa global de redução de emissões, devido ao intenso uso de combustíveis fósseis. Por sua vez, apesar do forte aumento da inserção do gás natural na matriz energética brasileira nas últimas décadas, a infraestrutura do gás natural não acompanhou as necessidades da demanda.

Em vista disso, o Estado brasileiro tem incentivado iniciativas regulatórias para o fomento à produção, transporte e distribuição do biometano, por meio da reprodução de políticas públicas de inserção do biometano na matriz energética. A União nos últimos anos tem avançado na agenda de promoção do biometano, através da tentativa de criação de um arcabouço regulatório harmônico, por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em março de 2022, segundo o Decreto nº 11.003/2022, foi instituída a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano, com as diretrizes para utilização e incentivo ao biometano. Em termos gerais o biometano é regulado pela ANP pela Resolução nº 906/2022 (ANP, 2022), que dispõe sobre as especificações para o biometano oriundo de produtos e resíduos orgânicos agrossilvipastoris e destinado ao uso veicular e às instalações residenciais e comerciais. Além desta, a Resolução nº 886/2022 (ANP, 2022), estabelece as regras para aprovação do controle da qualidade e das normas técnicas do biometano, oriundo de aterros sanitários e de estações de tratamento de esgoto.

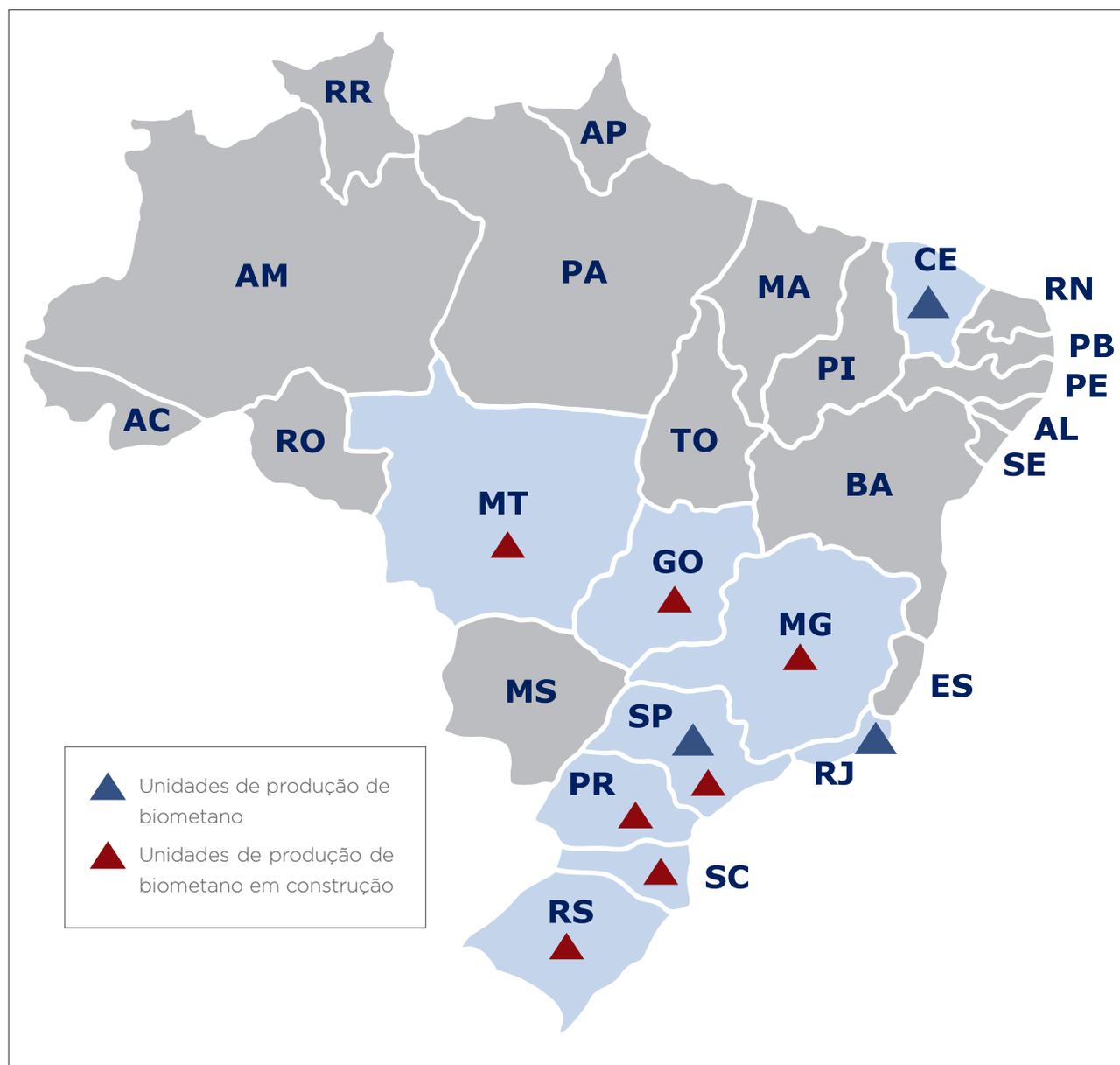
No que diz respeito a autorização para a produção de biometano, o solicitante deve cumprir critérios técnicos, econômicos e legais, que estão dispostos na Resolução ANP nº 734/2018 (ANP, 2018). Atualmente as plantas produtoras de biometano estão distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará (ANP, 2023). A figura 1 apresenta os dados de capacidade de processamento e produção de biometano, conforme a localização dos municípios das instalações autorizadas.



Fonte: Adaptado da ANP (2023)

De acordo com o relatório da ANP (2023), há um total de onze plantas de produção de biometano em construção em todo território nacional. Uma vez que todos os processos forem concluídos, a capacidade de produção atingirá aproximadamente 300 mil m³/dia (ANP, 2023). A figura 3 apresenta a relação das unidades de produção de biometano atuais e em construção, em todo território nacional.

Figura 3 - Unidades de produção de biometano existentes e em construção



Fonte: Elaboração própria a partir do EPE (2023) e de dados extraídos da ANP (2023)

Em relação ao seu uso, o biometano apresenta-se como um energético versátil com diversas potencialidades, tendo em vista que o biometano é produzido a partir de matéria orgânica e produz menos emissões de gases de efeito estufa em comparação ao gás natural.

Além disso, o Brasil possui um grande potencial de aproveitamento energético oriundo de resíduos agropecuários. Desse modo, o biometano surge como uma forma de converter esses resíduos agropecuários - que originalmente gerariam impactos ambientais - em potencial energético.

Uma vantagem do biometano em relação a outros energéticos é que ele não está sujeito às desvalorizações cambiais. Como consequência, a perda no valor de compra da moeda nacional não afeta diretamente o valor de aquisição do biometano, exceto se esse for adquirido no exterior, tornando-o uma opção mais estável e segura para investimentos e uso em diversos setores.

Outro fator significativo que envolve o biometano consiste na possibilidade de injetar o energético na malha de distribuição das redes locais de gás natural. A produção do biometano em pequena e média escala nos estados por meio da instalação de biodigestores permite a criação de uma oferta pulverizada de biometano, que por sua vez possibilitaria a injeção do biometano nas redes locais de gás natural.

Ainda, o biometano pode ser utilizado como alternativa energética para veículos médios e pesados, como ônibus, caminhões e tratores, frente ao uso do óleo diesel. A utilização do biometano pode trazer diversos benefícios, como a redução de emissões de poluentes e a possibilidade de diminuição do custo de frete para os produtores.

Em contrapartida, é possível listar alguns fatores que reduzem a promoção do biometano como fonte energética. O primeiro consiste no custo de produção, os custos de produção de biometano podem variar em função do tipo de arranjo produtivo utilizado, origem do equipamento (nacional ou internacional) e suas características operacionais. Estes aspectos técnicos podem ocasionar grande variação dos custos de produção de biometano.

Desse modo, dependendo dos aspectos técnicos e dos arranjos de produção de biometano, as plantas produtoras podem se mostrar inviáveis economicamente. Nesse sentido, foi constatado que projetos de pequeno porte, com baixa capacidade instalada e baixa produção de biometano são mais custosos e tendem a ter um menor retorno financeiro. Logicamente, observa-se que projetos com maior capacidade instalada e de grande porte apresentam menores custos de produção.

Por sua vez, outro fator impeditivo consiste na concorrência do biometano com outros energéticos que possuem rede de distribuição consolidada, tal como o gás natural, o biometano possui uma série de energéticos como substitutos diretos. Entre estes, podemos citar o diesel, gás liquefeito de petróleo, energia eólica, entre outros.

Ainda, a viabilidade de um sistema de produção de gás está diretamente relacionada ao volume potencial de gerar e manter a regularidade de insumos. No caso de resíduos provenientes de aterros sanitários, regiões mais populosas teriam condições de fornecer os insumos de maneira contínua para o aterro. No entanto, caso o biometano seja produzido a partir de resíduos agropecuários e em pequena escala, é provável que exista dificuldades na sua distribuição em grandes volumes, resultando em menor disponibilidade do energético em comparação ao gás natural e limitando sua utilização em algumas regiões.

Em síntese, observa-se que o biometano apresenta um sub aproveitamento do seu potencial energético em comparação às outras fontes empregadas na matriz energética brasileira. Embora o biometano apresente diversas vantagens, como a possibilidade de ser injetado na malha de distribuição do gás natural, sua renovabilidade e menor exposição as flutuações do mercado de gás, o energético ainda encontra dificuldades na sua distribuição em território nacional, devido ao elevado custo de produção e logística. Como consequência, o energético representa uma pequena parcela da matriz energética brasileira, embora haja iniciativas à produção e distribuição de biometano.



PARANÁ CONTRA A DENGUE

FAÇA A SUA PARTE PARA
ACABAR COM O MOSQUITO.

-  Mantenha a caixa-d'água fechada e limpa.
-  Não deixe água acumulada nas lajes.
-  Mantenha os pneus em áreas cobertas até o descarte correto.
-  Mantenha o quintal sempre limpo e as lixeiras tampadas.
-  Lave os potes de água dos pets pelo menos 2 vezes por semana.
-  Deixe a tampa do vaso sanitário sempre fechada.

EM CASO DE SINTOMAS, PROCURE UMA
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MAIS PRÓXIMA.

DENGUE.PR.GOV.BR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SEGURANÇA EM PRIMEIRO LUGAR

TRAVESSIA DA ILHA DO MEL



LISTA DE EMBARCAÇÕES
AUTORIZADAS E MAIS
INFORMAÇÕES

1

BILHETE

Compre somente no Terminal Aquaviário Público ou no site da Abaline



2

EMBARQUE

Utilize somente o Terminal Público e embarcações autorizadas, listadas no site da Agepar



3

PULSEIRA

Certifique-se de utilizar a pulseira adquirida nos pontos de venda da Abaline, junto com o bilhete



4

SEGURANÇA

Confira se a embarcação utilizada atende as normas de segurança



NÃO USE EMBARCAÇÃO IRREGULAR!

Cuidado com abordagens no caminho até o terminal, oferecendo embarque em local impróprio e até transporte irregular



Ouvidoria Agepar
0800-6442013
Ouvidoria SEIL/PR
(41) 99960-0661
Pontal do Paraná
(41) 99245-1928



REALIZAÇÃO:



**RESOLUÇÃO N.º 9, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024
PLANO DE FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS**

O controle e a fiscalização da execução dos serviços públicos delegados são fundamentais à indução de atitude proativa das concessionárias na prestação de serviço público de excelência e, portanto, as ações de fiscalização e de medição da qualidade dos serviços da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná devem ser continuamente aprimoradas. Neste cenário, considerando-se os recursos disponíveis para a Agepar, principalmente no que tange aos recursos de capital humano em nível operacional, este plano de ações contempla os objetivos e as diretrizes das ações do setor prioritizadas para o ano- calendário 2024.

O Plano de Ações de Fiscalização e Medição da Qualidade de Serviços 2024 configura um planejamento básico de nível operacional referente às atividades fins de fiscalização e de medição da qualidade dos serviços, baseado exclusivamente nas atribuições legais da Agepar e em normativas existentes que regulamentam os serviços públicos delegados pelo Estado do Paraná e sob regulação da Agepar.

Link:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=319146&indice=1&totalRegistros=9&anoSpan=2024&anoSelecionado=2024&mesSelecionado=0&isPaginado=true>

Site da Agepar

amplia transparência aos usuários de serviços públicos



Desenvolvido após pesquisa com servidores e visitantes do site, o site facilita a busca por legislação com a divisão por eixo temático - de acordo com a área de atuação da Agepar, por exemplo - além da atualização dos marcos legais e regulamentares que fundamentam a atividade regulatória.

A nova disposição de informações destaca as consultas e audiências públicas, facilitando a participação pelos usuários nos debates sobre serviços concedidos.

Para fortalecer a transparência de forma instantânea através desses meios de comunicação, a página traz a atualização diária de cada rede.



Rua Marechal Deodoro,
1.600 - Alto da XV -
80.045-090 - Curitiba - PR



www.agepar.pr.gov.br



+55 41 3210-4800



www.facebook.com/agenciareguladoraservicosdelegadosdoparana



@ageparpr



@agepar1



0800-644-2013